

A doença da COVID-19 e o desemprego - causas e consequências - quem mais sofre? *

José Maria Rodrigues Figueira
CICS.NOVA.UÉvora
jmrf@uevora.pt

Resumo

Muitas têm sido as análises e os cenários construídos quanto ao futuro das sociedades e dos Povos decorrentes dos impactos do “Coronavírus SARS 2 – doença da COVID-19”.

Os ângulos de abordagem, não estando isentos de enviesamentos decorrentes dos posicionamentos éticos, políticos e ideológicos dos seus autores, não podem ser desprezíveis e deverão ser tidos em consideração.

Aceitando tais factos, como ponto de partida, diremos que a complexidade da situação tem promovido diferentes “filmagens” sobre os impactos da “Pandemia da COVID-19”.

Ao tema do artigo, que titula o mesmo, segue-se uma breve introdução metodológica que procura apresentar a problematização e os objectivos visados a partir de uma análise documental que recorre a fontes bibliográficas, documentais e estatísticas com origem em instituições internacionais, nacionais e outros atores (institucionais e autores).

Os “tópicos” do artigo procuram dar conta e estruturar a apresentação da realidade social, que se verifica no País e no Alentejo, em particular a evolução do desemprego em diferentes grupos sociais e sectores de actividade, que não dispensam uma particular atenção sobre quem nos alerta diariamente para esses factos, procurando-se trazer a debate questões tão presentes quanto estas: A Pandemia da COVID-19 – os seus impactos; O desemprego – onde estamos e para onde vamos? Quem mais sofre? Que papel está determinado para o “Homem” (“Homo Sapiens”) O que pode acontecer no futuro?

As “reflexões finais” pretendem relevar, que para além do desemprego e do subemprego, a crise terá igualmente impacto nas condições de trabalho. Esta realidade é confirmada pelos indicadores estatísticos produzidos por diferentes entidades oficiais, para o País e para a Região do Alentejo. Releva-se que há grupos de trabalhadores, particularmente jovens, com menos de 35 anos, os com mais elevadas habilitações literárias e de determinadas actividades económicas que são mais atingidos, do que outros, pela “Pandemia da doença da COVID-19”.

Palavras-Chave: Alentejo, Desemprego, Pandemia Covid-19.

Covid-19 disease and unemployment – causes and consequences – who suffers the most?

Abstract

Many have been the analyses and scenarios built regarding the future of societies and people from the impacts of the "Coronavirus SARS 2 - COVID-19 disease".

The angles of approach, not being free of biases resulting from the ethical, political and ideological positions of their authors, cannot be negligible and should be taken into consideration.

Accepting such facts, as a starting point, we will say that the complexity of the situation has promoted different "filming" on the impacts of the "COVID-19 Pandemic".

The theme of the article, which is titled the same, is followed by a brief methodological introduction that seeks to present the problematization and the objectives pursued from a documental analysis that makes use

of bibliographic, documentary and statistical sources from international and national institutions and other actors (institutional and authors).

The "topics" of the article seek to account for and structure the presentation of the social reality, which is occurring in the country and in Alentejo, in particular the evolution of unemployment in different social groups and sectors of activity, which do not exempt particular attention to those who alert us daily to these facts, trying to bring to debate questions as present as these: The COVID-19 pandemic - its impacts; Unemployment - where are we and where are we going? Who suffers most? What role is determined for the "Man" ("Homo Sapiens")? What can happen in the future?

The "final reflections" aim to point out that in addition to unemployment and underemployment, the crisis will also have an impact on working conditions. This reality is confirmed by the statistical indicators produced by different official entities, for the country and for the Alentejo Region. It is noted that there are groups of workers, particularly young people, under 35 years old, with higher educational qualifications and certain economic activities that are more affected, than others, by the "COVID-19 pandemic".

Key-words: Alentejo; Unemployment; Covid -19 pandemic.

Introdução

No presente artigo, sob o tema “A doença da COVID-19 e o desemprego - causas e consequências - quem mais sofre?” procura-se trazer a debate e à reflexão sobre os impactos da doença da “COVID-19” no mercado de trabalho, caracterizando as diferentes realidades regionais e sectoriais, com relevância para as diferentes categorias de trabalhadores atingidos por este flagelo.

A análise qualitativa, parte de uma observação sobre o que se passa a nível internacional, recorrendo ao olhar de organizações internacionais tripartidas, como a OIT – Organização Internacional do Trabalho, e tem como objectivo um atender à realidade do País e em particular à região do Alentejo, na medida em que sendo uma região de baixa densidade, transporta consigo, desde à muito, problemas demográficos, com perda constante de população. Pelo que em nosso entender há que verificar, a propósito dos impactos da COVID-19, sobre os indicadores do desemprego nos diferentes extratos da população, em particular a mais jovem, que potencialmente portadora de maiores qualificações e habilitações literárias são determinantes no contributo que podem dar para a sustentação de uma estratégia de desenvolvimento para a Região, que se pretenda implementar.

Dizer que análise documental, de carácter qualitativa, procurou ter em consideração os factos, atributos, comportamentos e tendências explícitas e implícitas (Lessard-Hérbert, et.al. 1990, p.146), determinando como metodologia, a recolha de informações a partir de uma coleta de fontes bibliográficas, documentais e de estatísticas oficiais (INE – Instituto Nacional Estatística – IP, IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional - Centros de Emprego), e análises, artigos, estudos e reflexões produzidas, por diferentes atores (Instituições e Autores), procurando-se responder às questões que nos impulsionaram para a nossa reflexão. Na medida em que, a “pandemia da COVID-19”, contrariamente ao que tem sido propalado, não atinge todos por igual. O artigo está estruturado em cinco pontos: o primeiro, “A pandemia da COVID-19 - os seus impactos”; o segundo ponto, “O desemprego – onde estamos e para onde vamos?”, o terceiro, “Quem mais sofre?”; o quarto ponto, dedica-se a especular sobre “Que papel está determinado para o “Homem” (“Homo Sapiens”) O que pode acontecer no futuro?” e por último, o quinto ponto, procura apresentar as “Reflexões Finais”.

1. “Pandemia da COVID-19” – os seus impactos

O surgimento do Coronavírus SARS2 – Doença da COVID-19”, tem merecido de parte de investigadores, cientistas, e autores de diferentes áreas, em particular das ciências médicas e sociais, uma reflexão analítica e quantitativa sobre os impactos desta doença pandémica que assolou o mundo.

Independentemente dos ângulos de observação, desta nova realidade, que transporta, em si, divergências de análise, podemos medir os impactos da “pandemia”, na perspetiva da saúde, a partir da análise sobre evolução do número de pessoas atingidas pela doença, pelo número de internados em enfermaria e/ou em unidades de cuidados intensivos e pelo n.º de óbitos. Igualmente, relevante, é o número de doentes recuperados e os casos que se encontram activos. A par destas evidências universais, no caso particular de Portugal, tem-se procurado identificar as respostas do SNS - Serviço Nacional de Saúde (rede de hospitais, n.º de camas, recursos humanos – médicos, enfermeiros, auxiliares, etc, etc), que não podem ser dispensáveis, a par de outros meios de vigilância preventiva e de proteção, que no global nos podem dar conta dos efeitos da “COVID-19”, no seio das diferentes comunidades. A tudo isto, temos de acrescentar as medidas legislativas que foram sendo tomadas, ao longo de todo o período da “pandemia”, pelos órgãos de soberania, essencialmente focadas nas áreas da saúde e da economia (empresas e mercado de trabalho), e em particular as decisões e declarações de “estados de emergência e de calamidade”.

Esta é uma evidência que aponta para a necessidade de se reforçarem as respostas nas áreas da saúde e em particular no SNS, tendo em vista a proteção das populações e em particular dos trabalhadores. Ainda assim, importa evidenciar que para além dos impactos na saúde, é na área da económica, com particular destaque para o mercado de trabalho e o agravamento do desemprego, que surgem as maiores preocupações pelo facto de em consequência do surgimento desta nova doença, o desemprego ter tido

um crescimento exponencial que há muito não era verificável no Mundo, na Europa e em Portugal.

A este propósito, refere a OIT – Organização Internacional do Trabalho, que

“...uma crise como a pandemia COVID-19 não só origina situações de emergência de saúde, mas também choques económicos com impacto direto nos mercados, na oferta (produção de bens e serviços), na procura (consumo e investimento) e no mundo do trabalho...”, e que segundo ela, “...medidas como o confinamento e consequente encerramento de estabelecimentos comerciais, as restrições de viagens, o encerramento de escolas e outras medidas de contenção tiveram impactos súbitos e drásticos nos trabalhadores e trabalhadoras e nas empresas... . Muitas vezes, as primeiras pessoas a perder o emprego são aquelas cujo emprego já era precário... . Num mundo onde apenas uma em cada cinco pessoas reúne condições para aceder ao subsídio de desemprego, os despedimentos significam uma catástrofe para milhões de famílias...”, (OIT, 2020, p.8).

Segundo a referida organização,

“... para além do desemprego e do subemprego, a crise terá igualmente impacto nas condições de trabalho, nos salários e no acesso à proteção social, com efeitos particularmente negativos em grupos específicos mais vulneráveis aos resultados adversos do mercado de trabalho. As epidemias podem também ter um impacto económico desproporcional em certos segmentos da população, o que pode agravar as desigualdades que afetam principalmente alguns grupos: trabalhadores/as com condições de saúde subjacentes; jovens, que já enfrentam taxas mais elevadas de desemprego e de subemprego; ... as mulheres que estão sobre representadas nas profissões...”.(OIT, 2020, p.9)

Procurando confirmar as preocupações manifestadas por esta organização internacional do trabalho, e em face do conhecimento sobre a realidade verifi-

cada no País e na Região do Alentejo, decorrente dos impactos da “Pandemia” nos últimos meses, procura-se analisar as consequências desta doença, à luz dos indicadores que nos vão sendo apresentados, a cada momento, por diferentes entidades públicas (INE, IP e IEFP), sobre a evolução do desemprego, o seu crescimento e as suas características sociais, económicas e regionais.

2. O Desemprego – onde estamos e para onde vamos?

Nos últimos meses, entre o primeiro e o terceiro trimestre do ano de 2020, temos assistido à persistência do agravamento dos indicadores do desemprego, pesem embora as divergências, entre os dados do INE e do IEFP, decorrentes do tratamento estatístico aplicado.

Ainda assim, é aceite por todos, que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar exponencialmente, havendo regiões em que esse crescimento, comparativamente com períodos homólogos atingiu valores de 157,5% [1]

Se no final do 1.º trimestre 2020 (março), os valores do “desemprego/inatividade” [2] – (Anexo 1), no País, segundo o INE, atingiam 12,4% da população ativa do País, ou seja, um total de 663.600 trabalhadores, em setembro de 2020 (final do 3.º trimestre), (Anexo 2), seguindo os mesmos critérios, esse valor atingia os 828.900 trabalhadores, 16% da população ativa [3]. Um agravamento de 3,6%, no período de nove meses.

Observando a categoria da “população desempregada”, verifica-se que o agravamento do desemprego registado, entre março e setembro de 2020, segundo o INE, foi de mais 89.900 desempregados, ou seja, um crescimento de 28,4%, neste período de nove meses.

Já quanto à Região do Alentejo, e com recurso aos dados registados pelo IEFP nos Centros de Emprego, Quadro-1, em março de 2020, o número de desempregados situava-se nos 16.997 trabalhadores, ou seja mais 9,8% do que no mês homólogo, e em setembro de 2020 registava-se, 18.152 trabalhadores desempregados (mais 27,3% do que no mês homólogo), mais 1.156 ou seja, um crescimento de 7%, em nove meses.

Quadro 1 – Desemprego no Alentejo – IEFP
(1.º Trimestre – 3.º Trimestre 2020)

Regiões	Mar.2020	Mar.2019	Set.2020	Set.2019	Var. Mar19/Mar20	Var. Set.19/Set20	Var. Mar20/Set20
Portugal	343.761	333.776	410.174	301.282	+3%	+36,1%	+22,9%
Alentejo	16.997	15.473	18.152	14.264	+9,8%	+27,3%	6,8%

Fonte: IEFP - Informação Mensal do Mercado de Emprego - adaptado

Observando o universo dos atingidos pelo desemprego, verifica-se a existência de categorias mais afetadas que outras. Tal facto, motivou a verificação do impacto do desemprego na população mais jovem, em particular na população com menos de 35 anos.

Segundo os dados do IEFP (setembro de 2020), (Anexo 3), estavam registados 48.626 jovens, com menos de 25 anos e 87.244, com idades entre os 25 e os 34 anos, um total de 135.870, o que correspondia a 33% da população desempregada. Mas que, comparativamente com o mês homólogo, o agra-

vamento foi de mais de 50,4% nos jovens com idades inferiores a 25 anos, enquanto no grupo de desempregados com 25 anos a 34 anos, esse agravamento, no mesmo período foi de 62,8%.

De entre os jovens desempregados, o n.º de mulheres jovens, com menos de 35 anos, representava 78.886 desempregados, ou seja, 56,5% neste grupo de idade e 33% das mulheres desempregadas (232.530).

No Alentejo, os jovens desempregados, com menos de 25 anos representavam 2.644 trabalhadores,

14,5% dos inscritos nos centros de emprego, quando em março de 2020 esse valor correspondia a 2.184 jovens. Ou seja, no espaço de nove meses de “crise pandémica”, houve neste grupo etário um agravamento do desemprego de 21%. Analisando a taxa de desemprego, no 3.º trimestre de 2020, dos jovens com 34 ou menos anos, em relação ao desemprego verificado, constata-se que é de 33,1% e 35,8% respetivamente no País e na Região do Alentejo.

Foto: Mulher Jovem: Em tempos de Pandemia da COVID-19 – Lisboa ©[4]



Nota: Fotografia da autoria © de José Carlos Pratas (fotojornalista)

Categorizando por habilitações literárias dos desempregados inscritos nos Centro de Emprego-IEFP, Quadro 2, verifica-se que em Portugal o grupo de trabalhadores com o Ensino Secundário e Ensino Superior, representavam 189.703 desempregados, ou seja, 46,2%, tendo-se verificado o agravamento do desemprego, nestes grupos, em relação ao mesmo mês de 2019, em mais 57,7% e 28% respetivamente.

No Alentejo, os desempregados com idênticos níveis de ensino, representavam 7.166 trabalhadores, ou seja, 45%. Comparativamente com o período homólogo (setembro de 2019), verificou-se um agravamento neste grupo agregado (Ensino Secundário+Ensino Superior), em 66%.

Quadro 2 – Desempregados Habilitações Literárias
Setembro 2020 (3.º Trimestre)

Desempregados Habilitações Literárias	Portugal		Alentejo	
	Desemp. Total	%	Desemp. Total	%
Ensino Superior	60 128	14,7%	1.996	10,9%
Ensino Secundário	129 602	31,6%	5.170	28,5%
3.º Ciclo EB	81 575	19,9%	3.697	20,4%
2.º Ciclo EB	56 413	13,7%	2.700	14,9%
1.º Ciclo EB	56 561	13,8%	2 340	12,9%
< 1.º Ciclo EB	25 895	6,3%	2 249	12,4%
Total de Desempregados	410 174	100%	18.152	100%

Fonte: IEFPP – Estatística Mensal Mercado de Emprego – adaptado

Por fim, referir que no período em causa, os desempregados (novo emprego - CAE) [5], inscritos nos Centros de Emprego, Quadro 3, tinham origem nos seguintes sectores, Serviços, 73,3%; Indústria, Energia, Água e Construção, 20,5%; e Agricultura e Pescas, 3,7%, existindo 2,5% sem qualquer classificação. Destacam-se nos registos de inscrição destes desempregados, as “Atividades imobiliárias e Administrativas e outros serviços”, com 35%; “Alojamento, Restauração e Turismo”, 12%; “Comércio”, 11%; “Construção”, 6,5%.

Na Região do Alentejo, os desempregados registados nos Centros de Emprego -IEFP, por atividade económica (CAE) surgem distribuídos por, 22,6% com origem na Agricultura, Pecuária e Pescas; 16,7% na Indústria, Energia, Água e Construção; e 58,6% nos Serviços.

De entre as atividades da “Indústria” e dos “Serviços”, destacam-se, a par da “Agricultura e Pescas” (22,6%), por ordem decrescente de distribuição dos desempregados, pelas seguintes atividades: Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio – 17%; Adm. pública, educação, atividades de saúde e apoio social – 11,3%; Alojamento, restauração e similares – 10,7%; Comércio por grosso e a retalho – 10%; Construção – 6,7%; Outras ativida-

des de serviços – 4,5%; Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco – 3%.

Ao longo do presente ponto, procurou-se traduzir os impactos da doença da COVID-19 no mercado de trabalho e no (des)emprego em Portugal e no Alentejo. Dizer que tal como é referido pela OIT e pelos dados estatísticos do INE (Anexos 1 e 2), a precaridade de trabalho traduzida nos elevados números de trabalho a tempo parcial que em setembro atingiam 181,1mil trabalhadores, há que incluir os mais de 82.000 trabalhadores, (Anexo 4), que estavam integrados nos denominados “programas ocupacionais”, temporários, e que na região do Alentejo atingiam 5.667 trabalhadores, correspondendo a 31% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

A par do agravamento da situação social, os problemas demográficos com que a região do Alentejo se tem debatido nas últimas décadas é uma das condicionantes ao seu processo de desenvolvimento. Isso mesmo, é confirmado pela “Estratégia Regional – Alentejo 2030” quando se refere, a propósito dos impactos negativos da doença da COVID-19, que

“...constituem constrangimentos ao desenvolvimento futuro do Alentejo...o ciclo continuado de recessão demográfica e despovoamento que impacta negati-

vamente as condições socioeconómicas indispensáveis para a revitalização da Região...e a escassez de mão-de-obra, em volume e qualificações, para responder às dinâmicas de investimento atraíveis para a Região, setores tradicionais e emergentes...” (CCDRA, 2020, p.8).

Com efeito, as estimativas da evolução da população na região, para o próximo Censo de 2021, Figura 1, apontam para uma diminuição constante da população nas quatro NUT III nos últimos 30 anos, prevendo-se uma perda de cerca de 90 mil pessoas na região do Alentejo, uma média de 3.000 pessoas/ano.

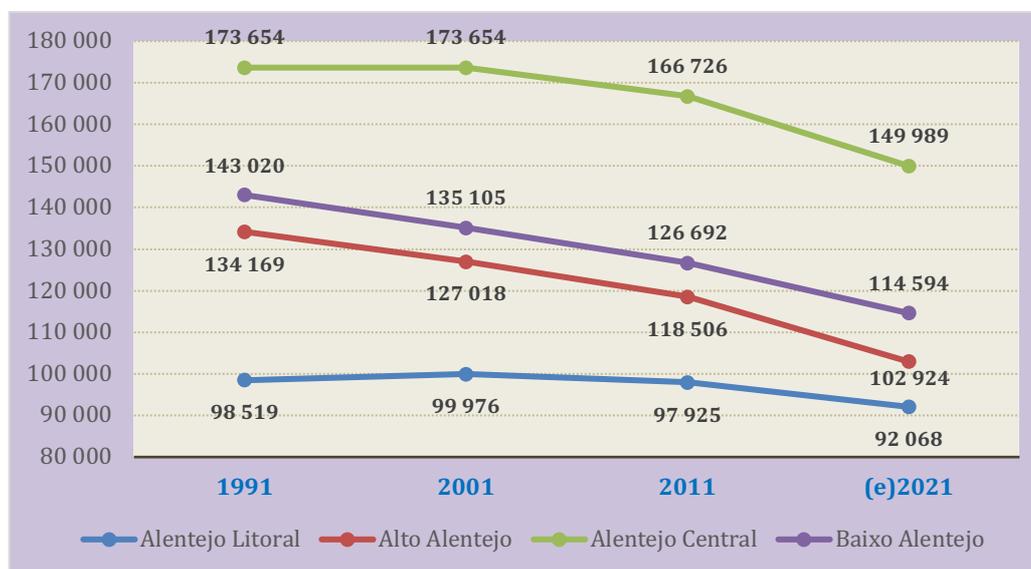
Quadro 3 - Desemprego - Alentejo (Novo Emprego) -Atividades Económicas (CAE)

Setembro 2020

Região Total/Desemp. Ativ. Econ. Desemp.	Portugal	%	Alentejo	%
		376.771	100%	15.860
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	14.093	3,7%	3.582	22,6%
Indústria, energia e água e construção	77.270	20,5%	2.644	16,7%
<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco 	(8.204)	(2,2%)	(499)	(3,1%)
<ul style="list-style-type: none"> • Construção 	(24.537)	(6,5%)	(1.064)	(6,7%)
Serviços	276.050	73,3%	9.294	58,6%
<ul style="list-style-type: none"> • Comércio por grosso e a retalho 	(42.443)	(11,3%)	(1.595)	(10%)
<ul style="list-style-type: none"> • Alojamento, restauração e similares 	(44.648)	(11,9%)	(1.695)	(10,7%)
<ul style="list-style-type: none"> • At. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio 	(104.076)	(27,6%)	(2.670)	(16,8%)
<ul style="list-style-type: none"> • Admin. pública, educação, at. de saúde e apoio social 	(30.644)	(8,1%)	(1791)	(11,3%)
<ul style="list-style-type: none"> • Outras Atividades de Serviços 	(26.762)	(7,1%)	(721)	(4,5%)
Sem classificação	9.358	2,5%	340	2,1%

Fonte: IIEFP – Estatística Mensal Mercado de Emprego – adaptado

Figura 1 - População Residente Alentejo (NUT III) – 1991 a 2021 (e)



Fonte: INE – Projeções População Residente no Alentejo s/Lezíria do Tejo -adaptado

Perante as evidências dos dados descritos, em particular o aumento exponencial do desemprego que atinge em particular, os mais jovens e os trabalhadores com mais elevadas habilitações literárias, há que atender que em regiões com problemas demográficos, como a região do Alentejo, não só a diminuição da população é uma condicionante ao desenvolvimento como, igualmente, o ter os mais jovens, com maiores níveis de escolaridade na situação de desemprego será um fator de agravamento da situação social e tal como é referido pela OIT (2020, p.9),

“...as epidemias podem também ter um impacto económico desproporcional em certos segmentos da população, o que pode agravar as desigualdades que afetam principalmente alguns grupos...” de entre eles, os “...jovens, que já enfrentam taxas mais elevadas de desemprego e de subemprego...”

A este propósito fomos procurar verificar, sobre quem mais tem sofrido, como o aumento da taxa de desemprego, decorrente dos impactos da COVID-19?

3. Quem mais sofre?

A propósito de quem mais sofre, em consequência da Pandemia da COVID-19, vários autores (Mamede & Simões, 2020, Matias, 2020), enfatizam esta situação, pelas características dos desempregados ou pelos impactos que possa ter na saúde mental, que pode estar a afetar determinado grupo social, acrescentando

“...que é nos grupos dos jovens desempregados que podemos assistir a maiores problemas quer pelo tipo de vínculos contratuais, com maior ou menor precariedade, quer pelos sectores de actividade em que podem desenvolver essas actividades e que podem estar mais afectadas pela “pandemia”.

E para fundamentar o facto de os jovens serem dos grupos que mais sofrem, em particular nos seus rendimentos, o autor, clarifica, quanto ao presente, mas igualmente quanto ao futuro, dizendo, que

“...muitos dos grupos mais afetados pela crise já se encontravam entre os desfavorecidos... Os trabalhadores mais jovens, que já enfrentavam taxas mais elevadas de desemprego e subemprego, também tendem a ser desproporcionalmente afetados durante períodos prolongados de quebra na procura de mão-de-obra (como na última crise global)” (Mamede & Simões, 2020, p.8-9).

Por outro, há quem coloque o foco da sua análise nos impactos na saúde desses mesmos jovens desempregados, em particular na sua saúde mental nos refira que o facto do

“...desemprego estar associado, entre outros fatores, à perda de rendimento, instabilidade financeira, estigma social, perda de autoestima e diminuição da atividade física e mental do indivíduo.

Todos estes fatores têm um impacto negativo na saúde mental uma vez que contribuem para o aumen-

to ou agravamento das doenças associadas à depressão e ansiedade. Sabe-se ainda que jovens desempregados têm maior probabilidade de desenvolver doença mental quando comparados com os jovens empregados. Há também evidência que uma pior saúde mental se associa a um período de desemprego mais longo criando, assim, um ciclo vicioso. Adicionalmente, há uma conjuntura económica e social inerente à atual pandemia que contribui para uma pior saúde mental. O isolamento social ou incerteza em relação ao futuro são disso exemplos...” Matias (2020, arquivo 2174),

Estas evidências e preocupações sociais, estão fundamentadas pelos indicadores sobre o desemprego e suas características, trazidos ao nosso conhecimento, tendo determinado a nossa decisão em verificar a evolução das medidas de proteção social, em particular aos desempregados, Quadro 4, com recurso às informações disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Social (ISS-IP).

Quadro 4 - Prestações Sociais – Subsídio Desemprego
 (outubro-setembro-março 2020)

Tipo de Prestação	Mês/Ano			Variação %	
	Out.2020	Set.2020	Mar.2020	Out/Mar.	Set/Mar.
Beneficiários do Subsídio de Desemprego [6]	223.167	230.303	173.815	+28%	+32%
Titulares de Abono de Família	1.067.295	1.058.977	1.096.969	-2,7%	-3,6%
Beneficiários de Subsídio de Doença	170.691	175.002	159.352	+7%	+9,1%
Beneficiários do RSI [7]	211.214	211.032	199.974	+5,6%	+5,5%
Entidades Empregadoras: Estabelecimentos com situações de Layoff [8]	235	245	53	+443%	+462%

Fonte: ISS-IP, Estatísticas- Quadro Resumo - adaptado

Como podemos verificar, em setembro de 2010 (final do 3.º Trimestre), o número de beneficiários do subsídio de desemprego, situava-se em 230.303, mais 32% do que no mês de março (final do 1.º Trimestre de 2020), quando teve início a doença da COVID19” em Portugal. Atendendo ao facto, que segundo os dados do INE (Quadro II), o número

de “desempregados registados + inativos que não procuraram emprego” ter atingido 626.000 pessoas, conclui-se que o grau de cobertura do “subsídio de desemprego” abrange, tão só, 37% dos desempregados.

A par destes apoios, outros existem, sendo de realçar a evolução das empresas que estão em Layoff [9], e que segundo os dados oficiais da Segurança Social, tiveram um crescimento, no período em análise (março-setembro), de mais 462%, passando de 53 para 245 o número de “entidades empregadoras” que recorreram a mecanismo, previsto no Código de Trabalho.

Confirmando as preocupações manifestadas anteriormente a propósito do desemprego que atinge as populações mais jovens e as consequências na sua saúde mental, Rosa (2020, p.3) considera ser “... necessário tratar a economia da mesma forma que se trata a saúde, investindo muito mais e atempadamente no SNS para garantir não só a defesa da saúde pública, mas também o funcionamento da economia...”.

A este propósito, e sobre o agravamento da situação económica, do crescimento exponencial do desemprego e das medidas e políticas que se tornam imperativas, há quem nos alerte, para o facto de, em consequência dos impactos da doença da COVID-19, o desemprego poder “... regressar (numa escala ainda por decifrar), atingindo muitos trabalhadores e um número alargado de famílias. Ao confirmar-se, este aumento abrupto deverá implicar, desde logo, uma alteração de paradigma sobre o modo como as políticas públicas, particularmente as de combate ao desemprego, têm sido concebidas e implementadas nas últimas duas décadas... Teremos de mobilizar as políticas e os recursos necessários que impeçam que as inevitabilidades do costume se tornem novamente deterministas e tomem conta do nosso futuro coletivo...” Caleiras, et al. (2020, p.12).

É atendendo ao nosso futuro coletivo, que outros (Harari, 2017; Santos, 2020), se debruçam e especulam sobre a evolução da nossa sociedade e os impactos da presente “Pandemia” e sobre como irá ser o futuro do “Homem” na sociedade pós-covid.?

4. Que papel está determinado para o “Homem” (“Homo Sapiens”). O que pode acontecer no futuro?

Segundo Santos (2020, abril, p.29),

“...no curto prazo, o mais provável é que, finda a quarentena, as pessoas se queiram assegurar de que o mundo que conheceram afinal não desapareceu. Regressarão sofregamente às ruas, ansiosos por voltar a circular livremente. Irão aos jardins, aos restaurantes, aos centros comerciais, visitarão parentes e amigos, regressarão às rotinas que, por mais pesadas e monótonas que tenham sido, parecerão agora leves e sedutoras...”.

Especulando, quem nos refira que

“...ninguém sabe ao certo o que acontecerá ao mercado de trabalho, ao conceito de família ou à ecologia daqui até 2050, ou quais as religiões, sistemas económicos e estruturas políticas que dominarão o mundo nessa altura... No meio de tantos cenários e possibilidades, a que é que devemos prestar atenção?...” (Harari, 2017, p.443).

Talvez todas estas interrogações possam ser o “trampolim” para as respostas que Santos, (2020, abril, p.30), nos procura dar, a este propósito, dizendo-nos que, “...o regresso à «normalidade» não será igualmente fácil para todos. Quando se reconstituirão os rendimentos anteriores? Estarão os empregos e os salários à espera e à disposição? ...”.

É próprio Santos (2020, p.18), que procura responder, dizendo-nos que “...a pandemia não nos dá uma opção; pois perante um dilema: ou mudamos o modo como vemos a natureza, ou ela começará a redigir o longo e doloroso epítáfio da vida humana no planeta...”.

Será assim?

5. Reflexões finais

Chegados aqui, cumpre-nos deixar as nossas reflexões finais sobre os impactos da Pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho, em particular sobre a situação dos que foram atingidos pelo desemprego com evidência para a população mais jovem.

Caracterizámos as consequências da pandemia com recurso aos dados estatísticos produzidos pelas instituições públicas, INE-IP e IEFP, no período, entre o primeiro trimestre e o terceiro trimestre de 2020, assim como por análises produzidas por organizações internacionais, como a OIT, e por estudos e reflexões desenvolvidas por outros autores e investigadores.

O “mergulhar” nos problemas sociais, tendo como causa a “Pandemia” e que foram objeto da nossa análise, determinou a leitura e aprofundamento das questões do desemprego e quem mais poderá estar a sofrer com a presente situação, focando a nossa observação de forma premeditada nos grupos de desempregados mais jovens (homens e mulheres), e nos desempregados com mais elevadas habilitações literárias e profissionais.

A abordagem debruçou-se, tendo por universo selecionado, sobre os indicadores relacionados com o País e o Alentejo, na medida em que, neste último caso, torna-se relevante verificar que a par dos problemas que a região transporta, de à muito, relacionados com a evolução demográfica negativa, estamos agora confrontados com um elevado número de desempregados jovens, que não podem ser dispensáveis, no contributo a dar, pelas gerações mais novas, para uma estratégia de desenvolvimento para a Região do Alentejo.

Daí que, deixemos para reflexões presentes e futuras:

- A elevada e constante persistência do número de trabalhadores desempregados, com trabalho a tempo parcial e não permanente (precaridade laboral), a par das elevadas taxas de inatividade, que nos interroga sobre o que fazer?
- E desse modo, numa perspetiva de curto e médio prazo de um continuado quadro de contração económica. Como poderá o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em particular na área das políticas de emprego e qualificações, responder a um tão grave problema, como o desemprego e o não aproveitamento do potencial humano e de mão de obra qualificada, que pode vir a ser estrutural?
- A existência de 35,8% dos desempregados, registados no 3.º trimestre de 2020, terem idades inferiores a 35 anos, e de 45% dos desempregados, inscritos, serem portadores de habilitações literárias ao nível do ensino secundário e superior, poderá contribuir para a continuada evolução demográfica negativa do Alentejo? Que medidas e políticas deverão tomadas para que se evite o êxodo das populações mais jovens e mais qualificadas?
- E a propósito, sobre quem mais sofre, há que enfatizar os alertas dados por estudos desenvolvidos pela OIT e por especialistas da área da saúde, que nos alertam para o que está a acontecer e pode vir a concretizar-se no futuro, a manterem-se as altas taxas de desemprego das populações mais jovens, pelo que importa observar como irão ser implementadas as políticas orientadas, para a saúde, para a economia e emprego?
- Verifica-se que as mulheres jovens, com menos de 35 anos, segundo os indicadores oficiais, representam 78.886 desempregados, ou seja, 56,5%, neste grupo de idade e 33% das mulheres desempregadas. Há que refletir sobre as políticas até agora prosseguidas e o que será necessário implementar para assegurar e efetiva igualdade de oportunidades no acesso ao emprego?

Referências bibliográficas

Caleiras, J & Carmo R.M C (2020). *O Regresso do Desemprego Massivo?*, (Estudos CoLABOR n.º 1/2020). Lisboa: CoLABOR.

Harari, Y. (2017). *Homo Deus – História Breve do Amanhã*. Amadora: 20|20 editora, www.elsinora.pt.

IEFP (2020). *Estatísticas, Informação Mensal do Mercado de Trabalho*, Março de 2020, www.iefp.pt, consulta a 30 de novembro de 2020.

IEFP (2020). *Estatísticas, Informação Mensal do Mercado de Trabalho*, Setembro de 2020, www.iefp.pt, consulta 30 de novembro de 2020.

IEFP (2020). *Estatísticas, Concelhos Estatísticas Mensais*, Setembro de 2020, www.iefp.pt, consulta a 30 de novembro de 2020.

IEFP (2020). *Estatísticas Mensais - Mercado de Emprego* (Quadro 7 – Continente), Setembro de 2020, www.iefp.pt, consulta a 20 de novembro de 2020

IEFP (2020). *Estatísticas Mensais Mercado de Emprego*, Setembro de 2020, www.iefp.pt consulta a 30 de dezembro de 2020.

INE (2018). *População residente (N.º) por Local de residência* (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual, Estimativas anuais da população residente. www.ine.pt – consulta 20 de outubro de 2018

INE (2020). *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego* - Julho de 2020 – Destaque de 31 de Agosto de 2020, www.ine.pt, consulta a 31 de agosto de 2020.

INE (2020). *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*, Abril de 2020 – Destaque, 2 de Junho de 2020, www.iefp.pt, consulta a 30 de novembro de 2020.

INE (2020). *Estatísticas do Emprego 3.º Trimestre de 2020* – Destaque, 2 de Novembro de 2020, www.iefp., consulta a 6 de dezembro de 2020.

INE (2020). *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*, Outubro de 2020 – Destaque, 30 de Novembro de 2020, www.ine.pt, consulta a 6 de dezembro de 2020.

ISS – IP (2020) – *Quadro Resumo, Outubro de 2020, últimos 12 meses*, www.seg-social.pt/estatisticas, consulta a 30 de novembro de 2020.

Lessard-Hérbert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Mamede, R., Pereira, M., Simões, A.(2020). *Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*, OIT – Organização Internacional do Trabalho, Português: ISBN: 9789220328514 (web PDF) - <https://www.ilo.org/lisbon/publicações> - consulta 20 de novembro de 2020

Matias, M. (2020). *O desemprego, os jovens e a saúde mental*, www.apes.pt/arquivo/2174, consulta a 29 de Agosto de 2020.

OIT (2020). *Garantir a Segurança e Saúde no Trabalho Durante a Pandemia*, Lisboa: ISBN: 9789220322338 (web pdf) – www.ilo.org – consulta a 28 de dezembro de 2020

Rosa, E. (2020). *Estudo 47 – 2020 -A-AIV-2 – 7* de novembro de 2020 - www.eugeniorosa.com , consulta a 4 de Dezembro de 2020.

Santos, B. (2020, abril). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina.

Santos, B. (2020, novembro). *O Futuro Começa Agora – Da Pandemia à Utopia*. Lisboa: Edições 70.

Nota:

* Por opção, procurámos saber sobre os impactos da doença da COVID-19, no evolução do desemprego, no período que decorreu entre mês Março (mês em que surgiu o primeiro caso da doença em Portugal), e Setembro de 2020, terceiro trimestre, em que segundo o INE, no seu Destaque – Informação à Comunicação Social, de 4 de Novembro, nos dava conta que o desemprego, no final do 3.º T de 2020, tinha aumentado, relativamente ao anterior trimestre, em mais de 45%.

- [1] Região do Algarve (distrito de Faro), IEFP, Estatísticas Informação Mensal do Mercado de Trabalho, Setembro de 2020, www.iefp.pt.
- [2] Segundo o tratamento do INE, a “população desempregada + o subemprego de trabalhadores a tempo parcial + inativos à procura de emprego mas não disponíveis + inativos disponíveis mas que não procuraram emprego”.
- [3] INE, <http://www.ine.pt/xurl/ind/0010056>, em setembro de 2020 a população ativa em Portugal situava-se nos 5,160 milhões de pessoas entre os 15 e os 74 anos.
- [4] Foto de Jose Carlos Pratas – Natural de Lisboa – 64 anos - Fotojornalista – desde 1976 – jornais nacionais e internacionais: O Diário; Tal & Qual; Diário de Notícias e Jornal de Notícias.; El País e a revista Cambio 16; Revistas: O Futuro; Sábado; Volta ao Mundo; Evasões; TV Mais. E com livros publicados: Ourique; Cascais; Guiné; Incêndio do Chiado
- [5] Os dados do desemprego por CAE (Atividade Económica), apenas se reportam ao novo emprego, uma vez que o 1º emprego não tem CAE de origem do desemprego. Por sua vez, os dados por CPP (profissões), reportam-se ao total de desempregados (1º emprego e novo emprego) uma vez que se apresentam por CPP pretendida.
- [6] Prestações de Desemprego inclui Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente, Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego e Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração.
- [7] RSI – Rendimento Social de Inserção
- [8] Layoff – Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 - Artigo 271.º e artigos 298º a 308º, alterado pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho. Decreto – Lei 10_G/2020 de 26 de Março – Layoff simplificado
- [9] Layoff não simplificado.

Anexos:

Anexo 1 – Desemprego e Inatividade -1.º Trimestre 2020

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Abr. 2019	Jan 2020	Fev. 2020	Mar 2020	Abr. 2020 (p)	Abr. 2019	Jan 2020	Fev. 2020	Mar 2020	Abr. 2020 (p)
	Milhares de pessoas									
Subutilização do trabalho (15 a 74 anos)	699,0	669,6	665,1	663,6	709,8	698,5	694,9	694,7	680,7	708,4
População desempregada	340,9	352,0	331,6	317,2	319,4	341,8	366,0	348,1	327,1	319,2
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	163,2	149,9	149,3	144,1	136,9	172,5	156,1	159,0	154,1	144,2
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	19,7	24,5	21,6	19,7	22,6	19,9	23,8	21,2	19,5	23,1
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	175,3	143,1	162,7	182,6	230,8	164,2	149,0	166,4	180,0	222,0
	%									
Taxa de subutilização (15 a 74 anos)	13,0	12,5	12,4	12,4	13,3	13,0	13,0	13,0	12,8	13,3

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Anexo 2 – Desemprego e Inatividade – 3.º Trimestre 2020

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Out 2019	Jul 2020	Ago 2020	Set 2020	Out 2020 (p)	Out 2019	Jul 2020	Ago 2020	Set 2020	Out 2020 (p)
	Milhares de pessoas									
Subutilização do trabalho (15 a 74 anos)	673,7	836,3	832,4	828,9	811,2	671,5	811,1	813,7	817,0	797,1
População desempregada	337,2	403,7	414,1	407,1	387,8	341,1	383,1	404,1	404,7	391,1
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	157,2	169,8	174,8	181,1	179,6	153,7	157,8	158,6	169,6	176,0
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	23,8	15,6	17,9	21,8	24,8	21,5	17,3	17,7	20,3	22,6
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	155,6	247,1	225,6	218,9	218,9	155,1	252,9	233,3	222,4	207,5
	%									
Taxa de subutilização (15 a 74 anos)	12,5	15,6	15,5	15,4	15,0	12,5	15,1	15,1	15,1	14,8

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Anexo 3 – Desempregados Jovens – Alentejo
 (<25 anos e 25-34 anos – H – M)
 Setembro 2020 (3.º Trimestre)

Regiões	Set.2020				Set.2019				Var. Set.19/Set20	
	Desemp. Total	Desemp. <25 anos	Desemp. 25-34 anos	% Jovens <=34 anos	Desemp. Total	Desemp. <25anos	Desemp. 25-34 anos	% Jovens <=34 anos	<25anos	25-34 anos
Portugal	410.174	48.626	87.244	33,1%	301.282	32.333	53.577	28,5%	+50,4%	+62,8%
(Mulheres)	(232.530) 56,7%	(26.565)	(50.321)	(54,7%)	(173.024) 57,4%	(18.144)	(32.767)	(29,4%)	(+46,4%)	(+53,5%)
Alentejo	18.152	2.644	3.856	35,8%	14.264	2.141	2.882	35,2%	+23,5%	+33,8%
(Mulheres)	(9.923) 54,6%	(1.404)	(2.119)	(35,5%)	(9.342) 65,5%	(1.180)	(1.744)	(31,3%)	(+19%)	(+21,5%)

Fonte: IEFP – Estatísticas Mensais - Centros de Emprego e Mercado de Emprego - adaptado

Anexo 4 -Desempregados e Ocupados Temporariamente
 Setembro 2020

NUTs II e III Alentejo	1.º Emp.	Novo Emp.	Total Desemp.	Ocupados	Total Des- emp.+Ocup ados	Var. NUT-II/NUT-I Alentejo
Alentejo	2.292	15.860	18.152	5.667	23.819	100%
Alto Alentejo	520	3.729	4.249	1.446	5.695	24%
Alentejo Cen- tral	647	4.764	5.411	1.513	6.924	29%
Baixo Alentejo	983	4.112	5.095	2.009	7.104	29,8%
Alentejo Lito- ral	142	3.255	3.397	699	4.096	17,2%
NUT I Portugal						Var. Alent./Portugal NUT-II/NUT-I
	33.403	376.771	410.174	82.063	492.237	4,8%

Fonte: IEFP – Estatísticas Mensais dos Centros de Emprego – adaptado

A doença da COVID-19 e o desemprego - causas e consequências - quem mais sofre?
Figueira (2020)